MOVIMENTAÇÃO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados
ISSN Eletrônico: 2358-9205

HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA E DE SUA INSERÇÃO NO ENSINO MÉDIO

Maria Cristina Leal de Freitas[1]

Carlos Eduardo França[2]

RESUMO: O presente texto analisa a trajetória da implantação da Sociologia no Brasil, procurando destacar alguns aspectos que têm caracterizado a relação entre a Sociologia e a Educação. O retorno da Sociologia ao Ensino Médio, através da Lei n. 11.684/2008, enseja uma discussão sobre o processo de sua institucionalização e consolidação como disciplina, bem como dos sentidos de sua presença nesse nível de ensino e na formação dos alunos. Procura-se refletir sobre as razões que fundamentaram a opção pela inclusão da Sociologia na Educação Básica, a visão dos seus propositores a seu respeito e a relação com o contexto político do país. Esta discussão ganha relevância em um momento de esforços para afirmação da sua legitimidade dentro dos espaços escolares como disciplina significativa para o processo de reflexão crítica a respeito da sociedade. Entende-se que a sua permanência depende da continuidade da luta por sua consolidação curricular. A sua presença ou ausência na Educação Básica esteve relacionada ao contexto político do país, ao grau de mobilização dos movimentos sociais e, em especial, à visão dos seus propositores sobre relação entre ciência, educação e sociedade. As representações construídas sobre seu papel na sociedade contribuíram para se criar no imaginário social uma idealização a respeito da Sociologia e do sociólogo. Nesse processo ininterrupto de luta é preciso refletir sobre seu papel na educação e na construção de debates significativos para a permanência e fortalecimento da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, o que se faz necessário diante da atual crise.

Palavras-chave: Ensino Médio. História da Sociologia. Ensino de Sociologia.

HISTORY OF SOCIOLOGY AND ITS INSERTION IN HIGH SCHOOL

[1] Mestre em Educação pela UEMS - Unidade Paranaíba; Especialista em Psicologia Educacional e Clínica, graduada em Psicologia, Direito e Ciências Sociais; psicóloga com atuação anterior em escolas particulares e creches municipais; e no momento, atuando em Unidade Básica de Saúde da Prefeitura Municipal de Paranaíba - MS.

[2] Doutor em Ciências Sociais pela UNESP - Campus de Marília, e docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e do curso de Ciências Sociais da UEMS - Unidade Paranaíba. E-mail: carloseduardofranca1981@gmail.com.

ABSTRACT: This text examines the trajectory of Sociology in Brazil trying to highlight some aspects that have characterized the relationship between Sociology and Education. The return of Sociology in High School, through the Law 11.684/2008, brings up a discussion about the process of institutionalization and consolidation of it as a subject, as well as the sense of its presence in this level of education and formation of students. It is seeked in this work to think over the reasons which justified the choice of including Sociology in Basic Education, the view of its proponents towards it and its relationship with the political context of the country. This discussion becomes relevant at a time of efforts to assert its legitimacy within the school spaces as a significant subject to the process of critical reflection about society. It is understood that its permanence depends on the continued fight for its consolidation. Its presence or absence in Basic Education, has been related to the political context of the country, degree of mobilization of social movements and the points of view of its proponents on the relationships between science, education and society. The representations constructed about its role in society contributed to create an idealized concept about Sociology and the sociologist in the social imagination. In this process of struggle we must reflect about its role in education and the construction of significant discussions so as to promote the strenghthening and permanence of the discipline of Sociology in High School, which is necessary since the current faced crisis.

Keywords: High School. History of Sociology. Teaching Sociology.

> Entre os servidores do que é "evidente" e os solitários, estamos nós, os lutadores, quer dizer, os que estão cheios de esperança [...]
>
> Nietzsche

1 Introdução

A aprovação da Lei n. 11.684 de junho de 2008 determinou o retorno oficial das aulas de Sociologia[3] em todas as séries do Ensino Médio, tanto nas escolas da rede pública como da rede privada. Diante dessa nova realidade, faz-se necessário discutir o processo de institucionalização e consolidação da Sociologia, bem como dos sentidos de sua presença na Educação Básica e o seu lugar na formação dos alunos. Esse diagnóstico envolve a análise das representações sobre o papel da Sociologia na educação e na sociedade.

Refletir sobre a Sociologia no Ensino Médio é de especial relevância para a percepção do seu processo de instituição na Educação Básica, marcado por intermitências de sua presença e frequentes exclusões. Neste contexto, o momento é de esforços que se voltam para afirmação da legitimidade da Sociologia dentro dos espaços escolares como disciplina significativa para o processo de reflexão crítica a respeito da sociedade.

[3] Segundo Moraes (2003) o uso da nomenclatura Sociologia se deve ao fato dela ter sido incluída no nível médio antes que surgissem os cursos superiores de Ciências Sociais, embora ela sirva como espaço curricular para o desenvolvimento e transmissão de conteúdos de: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Neste texto opta-se por usar a nomenclatura da disciplina contida na lei.

Dessa maneira, o presente texto realiza uma revisão bibliográfica sobre a trajetória da implantação da Sociologia no Brasil, procurando destacar alguns aspectos que têm caracterizado a relação entre a Sociologia e a educação, particularmente a relação entre Sociologia e Ensino Médio. Procura-se refletir sobre as razões que fundamentaram a opção pela inclusão da Sociologia na Educação Básica, a visão dos seus propositores a seu respeito e a relação com o contexto político do país.

Ao delinear a sua história busca-se entender como ocorreu a sua institucionalização, bem como a inclusão da disciplina na Educação Básica em meio às reformas educacionais e de que forma estes fatores modificaram o papel social da Sociologia. Entende-se que o estudo histórico propicia a compreensão do presente por meio do processo de compreensão das lutas ocorridas no passado. Essas produzem reflexos na atualidade, impactando nas representações, imagens e modelos de formação, construídos no momento atual.

Conforme assinala Martins (2012), a Sociologia surge no século XIX representando um produto, um desdobramento cultural da constituição do processo de modernidade, como também uma das formas de elaboração de uma autoconsciência intelectual da emergência da modernidade.

Nesse sentido, as representações construídas ao longo de sua trajetória adquirem um papel importante, uma vez que, permitem refletir sobre o imaginário e as expectativas que existem e que têm sido difundidas a respeito de sua especificidade e de sua importância (ou não) na educação.

2 A Sociologia no Ensino Médio: em busca de uma história

A história da Sociologia no Ensino Médio, segundo Meucci (2000), se confunde com a história da organização do sistema educacional brasileiro e com a constituição do campo das Ciências Sociais. Segundo Queiroz (1989), as Ciências Sociais só se iniciaram de maneira real no Brasil com a criação dos cursos nas universidades nacionais, sendo a mais antiga fundada em 1934, a Universidade de São Paulo (USP).

A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil ocorreu por meio do antigo curso normal e do curso secundário, ainda nas primeiras décadas do século XX, e não em cursos regulares de formação específica em Ciências Sociais. Enquanto em alguns países a Sociologia foi introduzida como disciplina nas Faculdades de Direito, no Brasil foi por meio do ensino secundário. No entanto, a produção em Ciências Sociais já existia com trabalhos em geral fruto de uma atividade de autodidatas, formados em disciplinas como Direito, Medicina,

Engenharia, que se interessavam pelas transformações e problemas da sociedade brasileira (FERRARI, 1983; GIGLIO, 1999; MEUCCI, 2000).

Essa produção não associada a um sistema acadêmico favoreceu a inserção da Sociologia enquanto disciplina do ensino secundário, como assinala Sarandy (2011), tornando o processo de institucionalização da Sociologia muito mais complexo que somente a inserção da Ciência Social na academia.

Em fins do século XIX, mais precisamente no ano de 1882, no Império, a disciplina foi proposta pela primeira vez pelo então deputado Rui Barbosa em um projeto que versava sobre a reestruturação do ensino, no qual foi sugerida a inclusão da Sociologia no curso secundário com a nomenclatura "Elementos de Sociologia", precedida pelas disciplinas "Noções de Economia Política" e "Noções da Vida Social". (RÊSES, 2004, p. 15).

O debate sobre a possibilidade do conhecimento sociológico já se iniciava no Brasil num momento no qual a Sociologia estava ainda se constituindo na Europa e nos EUA. Vale lembrar que o termo *Sociologia* foi utilizado por Auguste Comte em 1838[4]. No entanto, foi com Durkheim que a Sociologia conseguiu ser introduzida na universidade francesa, a Sorbonne, como disciplina acadêmica, em fins do século XIX. Porém, somente na década de 1950 a Sociologia se desligou da Filosofia e da moral para constituir um diploma específico (QUEIROZ, 1989).

No Brasil, no ano de 1891, após a Proclamação da República, a Sociologia foi apresentada no projeto de Benjamin Constant, tendo sido criada a cátedra "Sociologia e Moral", a ser ministrada no sétimo e último ano do ensino secundário, como uma síntese da evolução das ciências estudadas nos anos anteriores no ideário do Positivismo de Comte. A proposta não foi integralmente levada a cabo e a Sociologia saiu do currículo em 1901 na Reforma Epitácio Pessoa, deixando de ser obrigatória no currículo da escola média, sem nem ter sido efetivamente oferecida em todo o sistema (MACHADO, 1987; GIGLIO, 1999; SANTOS, 2002; MORAES, 2003; RÊSES, 2004; TOMAZI, 2010).

A sua volta ao currículo do ensino secundário ocorreu no ano de 1925, com a Reforma do ministro Rocha Vaz. Com esta reforma, a Sociologia passa a ser cursada pelos candidatos ao curso superior na sexta série do curso ginasial e os seus conhecimentos são restritos às elites de bacharéis. Não era obrigatória para a conclusão do Ensino Secundário e a inscrição em exames vestibulares. No entanto, caso o aluno concluísse aquela série, ele receberia o título de bacharel em Ciências e Letras (MACHADO, 1987; SANTOS, 2002, RÊSES, 2004).

[4] Conforme analisa Bottomore (1987, p. 15), em nota de rodapé, a palavra tem caráter híbrido, derivada do latim *socius* e do grego *logos*, refletindo duas fontes históricas: intelectual e social.

Silva (2010) considera a Reforma Rocha Vaz, ocorrida no ano de 1925, como o início do período evidente de institucionalização e sistematização da ciência da sociedade de forma autônoma em relação às outras disciplinas; sendo o marco deste processo a implantação da disciplina de forma regular no principal educandário das elites brasileiras, o Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX e parte do século XX.

A Sociologia Geral e a Sociedade da Educação foram introduzidas nos currículos na Reforma do Ensino de 1928; primeiramente, no Colégio Pedro II, na década de 1920, depois na Escola Normal Primária, em Recife e, em seguida, no Instituto de Educação Caetano de Campos em São Paulo. Em 1931, ambas se tornaram gerais no currículo das Escolas Normais Primárias do país devido à reforma do ensino efetuada pelo então Ministro da Educação Francisco Campos (QUEIROZ, 1989).

A Reforma de 1931 realizada por Francisco Campos, Ministro da Educação do governo Getúlio Vargas, manteve o caráter da disciplina de Sociologia no Ensino Secundário como preparatória para o Ensino Superior. O adolescente passava por uma formação básica de cinco anos e por outra complementar de dois anos. Esses dois anos se destinavam à preparação para o ingresso nas faculdades de Direito, Ciências Médicas, Engenharia e Arquitetura. A Sociologia compunha esse ciclo de formação complementar (MACHADO, 1987; SANTOS, 2002; RÊSES, 2004).

No período de 1931 a 1941, como revela Meucci (2000), o conhecimento sociológico é parte das matérias exigidas para os exames de admissão aos cursos superiores. Os alunos candidatos a essas faculdades assistiam às aulas de Sociologia nos cursos complementares, que duravam dois anos após o término do Ensino Secundário, a fim de se preparar para as provas de admissão. Essa reforma abrangeu todo território nacional e não mais ficou restrita ao sistema de ensino do Distrito Federal, como foram as reformas anteriores (ROMANELLI, 1987).

Apesar do início da institucionalização ter ocorrido pela inserção da Sociologia no secundário e pela produção dos seus primeiros manuais e textos de reflexão sobre ensino, a partir da década de 1930, o processo da institucionalização *strictu sensu* se deu via criação de universidades e cursos de graduação, conforme assinala Sarandy (2011).

A introdução da Sociologia como disciplina indispensável para a formação de educadores se vincula, de acordo com Meucci (2000), ao próprio movimento da Escola Nova, que tinha então, na década de 1920 e 1930, grande repercussão no meio intelectual brasileiro.

Candido (2006) expõe que depois de 1930 ela penetra no Ensino Secundário e Superior como instrumento de análise social e, em 1936, têm-se os primeiros brasileiros com formação universitária sociológica realizada no próprio país. Para ele (CANDIDO, 2006), o período de 1930 e 1940 foi importante, por ser considerada uma fase transitória para o atual período, no qual houve a consolidação e generalização da Sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, com produção teórica, de pesquisa e de aplicação.

A criação da Escola Livre de Sociologia e Política, no Rio de Janeiro, em 1933, da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, hoje, UFRJ, em 1935, fez com que a Sociologia ingressasse no sistema científico brasileiro. Vieram muitos professores estrangeiros principalmente para a implantação da Universidade de São Paulo, o que aumentou a produção sociológica e formou uma nova geração de sociólogos. Esta nova geração influenciou significativamente os rumos da disciplina, com destaque para Florestan Fernandes e Antonio Candido (TOMAZI, 2000).

Segundo Tomazi (2010), outro marco importante para a produção sociológica foi a revista *Sociologia*, criada em 1939 e publicada até 1981, em São Paulo.

A disciplina voltou a ser excluída do currículo na Reforma de Gustavo Capanema, em 1942, durante o regime autoritário de Getúlio Vargas, no Estado Novo. O objetivo dessa reforma era desvincular o Ensino Secundário do Ensino Superior, colocando a Sociologia enquanto disciplina mais de caráter preparatório do que formativo. Ela perde o caráter de disciplina e alguns dos seus conteúdos passam a integrar a proposta curricular de Filosofia no 3º ano do curso clássico (MACHADO, 1987; SANTOS, 2002).

No período de redemocratização, entre os anos de 1946 e 1964, a discussão sobre a reinclusão da Sociologia no Ensino Secundário aparece em diversos fóruns acadêmicos. Mesmo diante da intensificação dos debates em torno do ensino de Sociologia no sistema secundário, a primeira Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961, não propôs a reinclusão dessa disciplina (RÊSES, 2004).

Ferrari (1983) identifica nas décadas de 1940 e 1950 os acontecimentos políticos, econômicos e sociais tais como: o Estado Novo, o sufrágio popular, a mudança do Distrito Federal, o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, além da renúncia de Jânio Quadros e o governo militar a partir de 1964, que corroboraram para que a Sociologia se estabelecesse como uma disciplina acadêmica comprometida com pesquisas e análises sociais, uma vez que,

ela se tornou, dentre outras Ciências Sociais, um espaço de análise dos fenômenos vivenciados pela sociedade.

Até a década de 1960 houve uma expansão das faculdades de Filosofia, Ciência e Letras no Brasil. Sendo assim, a Sociologia passou a fazer parte do currículo dos cursos de Ciências Sociais ou como disciplina independente em outros cursos e tornou-se disciplina hegemônica nas Ciências Sociais, com vários sociólogos que tiveram suas obras reconhecidas (TOMAZI, 2000).

A partir de 1964, em virtude da nova orientação política que passa a dirigir o país, as intervenções e propostas para o sistema escolar passaram a priorizar a formação profissionalizante. A Sociologia, Filosofia e as Ciências Humanas de maneira geral foram retiradas do Ensino Secundário. A instauração da Ditadura Militar trouxe mudanças significativas não somente para a vida política e social do país, mas também para a organização do sistema educacional. Apesar do fechamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)[5] em 1964 pelo Regime Militar e as cassações de cientistas sociais em 1969 na USP, assim como o impacto negativo da repressão aos universitários e nas condições de exercício profissional, a Sociologia experimentou uma razoável expansão institucional dos cursos de Pós-Graduação criados e consolidados como centros de ensino e pesquisa, particularmente após a Reforma Universitária de 1969. Mesmo diante do regime autoritário instaurado houve um aumento do número de graduações em Sociologia e Ciências Sociais (LIEDKE FILHO, 2005).

O ensino de Sociologia foi eliminado da educação básica pelo Regime Militar, por meio do Decreto Lei n. 869 de 1968. Essas disciplinas foram substituídas por Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica. Com o fim da ditadura, docentes de Sociologia começaram a articular em algumas universidades uma campanha pela retomada do ensino de Sociologia no Ensino Médio. Em 1971, a lei nº 5.692, denominada Reforma Jarbas Passarinho, modifica a organização estrutural estabelecida pela Reforma Capanema (SANTOS, 2002).

O movimento de transformações socioeconômicas e políticas, principalmente pela redemocratização do Brasil, em fins da década de 1970, estimulou reformulações no sistema

[5] O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura por um grupo de intelectuais com o objetivo de desenvolver estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, no governo Café Filho, iniciando suas atividades no governo de Juscelino Kubitschek. No período anterior ao seu fechamento, dedicou-se à mobilização política, aliando-se a grupos nacionalistas e assumindo uma posição mais agressiva a favor do controle dos lucros das empresas estrangeiras, da melhor distribuição de renda, da transformação da estrutura agrária. (ABREU, A. A., **O ISEB e o desenvolvimento.** Disponível em: < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB. >. Acesso em: 13 jul. 2015).

escolar. A partir da década de 1980 há uma intensa campanha, inicialmente dispersa, empreendida principalmente pelas associações profissionais e sindicais de cientistas sociais, bem como professores de Sociologia em prol da inserção da disciplina no Ensino Médio (SARANDY, 2011).

Os movimentos pela inclusão da disciplina nos currículos escolares após os anos 1980 ocorreram diferentemente em todo o Brasil, nas realidades estaduais e locais. A partir de 1980 expandiram-se cursos de Pós-graduação em Ciências Sociais e Sociologia, o que contribuiu cada vez mais para a sua consolidação (TOMAZI, 2010).

Maciel (1986) mostra que, na década de 1970 e 1980, os cientistas sociais começaram a aparecer cada vez mais na televisão e na grande imprensa, como também participar de associações, partidos políticos e sindicatos. A participação de antropólogos, cientistas políticos e sociólogos nesses espaços e na mídia visava atender demandas de um público interessado em compreender temas como, os movimentos sociais, as instituições políticas, a questão agrária, os movimentos culturais e a questão feminina. Essas atuações dos cientistas sociais contribuíram para a consolidação dessas novas prioridades temáticas.

Em 1980, a Sociologia foi reconhecida como profissão com a Lei 6.888/80 (BRASIL, 1980). A regulamentação só ocorreu quatro anos depois com o decreto 89.531/84 (BRASIL, 1984). Embora a formação do Sociólogo ocorra em curso de Ciências Sociais, o qual contempla mais duas áreas – a Antropologia e a Ciência Política, a lei não as congratula.

A lei assegura o exercício da profissão de Sociólogo aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais e aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais com Licenciatura plena realizada até a data da lei, e aos mestres e doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, também diplomados até a data da lei (BRASIL, 1980). Seguindo a legislação, o V Congresso Nacional de Sociólogos (1984) propunha a extinção dos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais; bem como os estatutos de sindicatos e da federação dos sociólogos defendiam que, o licenciado em Ciências Sociais ou Sociologia não é sociólogo, já que não teria formação adequada para fazer pesquisa, gerando um embate entre bacharéis e licenciados (MORAES, 2003).

Na década de 1980, com a Lei federal n. 7044/82 (BRASIL, 1982) e a Resolução SE/SP n. 262/83 (SÃO PAULO, 1983), abriu-se a possibilidade de inclusão da Sociologia no então 2º grau como disciplina optativa, e coube à direção de cada escola fazer a escolha em inserir a disciplina na no currículo escolar. Isso proporcionou a inclusão gradativa da

disciplina no 2º grau e a atuação dos licenciados junto às escolas (BARBOSA; MENDONÇA; SILVA, 2007).

Em 1986, a Resolução de n. 6 do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1986) recomendou o ensino da Filosofia no Segundo Grau como parte do núcleo comum de disciplinas de dois tipos de cursos nesse nível de ensino: o voltado para a formação geral e o profissionalizante. A Sociologia, nesse contexto, figurou novamente como possibilidade na parte diversificada do currículo. Mesmo assim, ela já havia retornado nos currículos do Ensino Secundário em São Paulo (1984), no Pará e no Distrito Federal (1986) (RÊSES, 2004).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996, propôs no art. 36, inciso III, que o aluno deveria dominar, ao final do Ensino Médio, os conhecimentos de Sociologia (BRASIL, 1996). Uma interpretação equivocada, expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), do Parecer CNE/CEB 15/98 e da Resolução CNE/CEB 03/98, não confirmou seu *status* de disciplina obrigatória. Essas diretrizes apenas determinaram que seus conteúdos deveriam ser abordados de maneira interdisciplinar pela área das Ciências Humanas e mesmo por outras disciplinas do currículo (BRASIL, 2006; BARBOSA; MENDONÇA; SILVA, 2007).

Após uma campanha empreendida por profissionais da área para demonstrar esse equívoco, em maio de 2008, o Congresso Nacional votou a Lei n. 11.684 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), que tornou obrigatória a disciplina de Sociologia nos três anos do Ensino Médio após quarenta anos de sua retirada pelo regime militar.

Diante do exposto, a história da Sociologia na Educação Básica, conforme sintetizada por Santos (2002), pode ser dividida em três períodos: período de institucionalização da disciplina (de 1891 a 1941); período de ausência como disciplina obrigatória (de 1941 a 1981) e período de reinserção gradativa (de 1982 a 2001). Este processo é marcado pela sua intermitência, ora incluída, ora excluída, e pela fragilidade de sua permanência.

3 A Sociologia no Ensino Médio: em busca de sentidos

A inclusão da Sociologia no Ensino Médio tem sido marcada por uma série de fatores que colocaram em xeque o próprio ofício do sociólogo. Por que incluir a Sociologia nos currículos de Ensino Médio? Quais os argumentos? Os argumentos para sua inclusão são os mais variados e refletem concepções sobre educação, sociedade e sobre a própria concepção

da Sociologia enquanto ciência e do seu papel na sociedade contemporânea. Eles envolvem também as representações a respeito da Sociologia e do seu ensino.

Segundo Santos (2002), a Sociologia se institucionalizou no ensino secundário ancorada numa concepção pragmática de ciência e educação o que implicava em desdobramentos para o ensino. Os intelectuais definiam a Sociologia como um conhecimento especializado, produzido pela evidência dos fatos, comprometido com a constituição da nação. Compreender o que significou o ensino de Sociologia é nas palavras de Meucci (2002, p. 02), "[...] entender o processo de legitimação da sociologia e das ciências sociais no campo intelectual brasileiro".

A Sociologia surgiu com a moderna sociedade industrial e de classe, ocupando, de acordo com Castro e Dias (1978), uma posição especial na formação intelectual do mundo moderno e seus fundadores se caracterizaram:

> [...] pela participação mais ou menos ativa das grandes correntes de opinião dominantes na época, seja no terreno da reflexão ou da propagação de ideias, seja no terreno da ação, [...] aspiravam fazer do conhecimento sociológico um instrumento da ação, queriam modificar [...] a própria sociedade em que viviam (CASTRO e DIAS, 1978, p. 21).

Como complementa Martins (2012, p. 107-108), ela representou "[...] um projeto intelectual inovador, visando compreender analiticamente as profundas mudanças econômicas, culturais, políticas, as novas formas de pensar, sentir e comportar dos atores sociais [...]". Sendo assim, a Sociologia surge com uma imagem, ou melhor, representação de si, de ser a ciência do conhecimento crítico e da ação transformadora, com um caráter intervencionista que irá se perpetuar até os dias atuais.

No Brasil, a Sociologia chega com uma representação construída desde sua constituição enquanto ciência pelos seus próprios criadores e gerou expectativas em relação ao que ela poderia contribuir para essa nova sociedade que se formava. Criou-se um mito em torno da Sociologia, como escreveu Mário de Andrade (1972, p. 41-42): "[...] creio que algum filósofo indiano que desejasse saber o que é a sociologia pelo que, com este nome, se faz entre nós, se sairia mais ou menos com esta definição: 'A sociologia é a arte de salvar rapidamente o Brasil'".

O discurso educacional das décadas de 1920 a 1950 considerou a ciência como o caminho para compreender a realidade nacional e a educação o principal instrumento de intervenção nas relações sociais. Portanto, uma educação orientada pela ciência em termos de

política educacional, de didática e de currículo, tendo como principal conteúdo a ciência. O objetivo era alçar a democracia e a modernidade (SARANDY, 2011).

Os vínculos da Sociologia com a sociedade mostram desde o início um forte comprometimento com a ordem e o progresso, o que pode ser observado quando se reporta aos objetivos delineados por Comte, que tratou da sua constituição enquanto ciência e sobre seu papel na sociedade (ADORNO, 2008).

Nesse sentido, Florestan Fernandes (1980, p. 06) chega a afirmar "em linguagem de Gramsci: os sociólogos nascem como 'intelectuais orgânicos da ordem'".

Meucci (2000) em sua pesquisa sobre manuais didáticos analisa os objetivos de ensino de Sociologia e a tendência de adequar-se a um contexto social e educacional, com um forte componente missionário nas primeiras décadas do século XX[6]:

> Ao procurar identificar as expectativas forjadas acerca da contribuição do conhecimento sociológico neste conjunto de manuais é possível constatar que a disciplina sociológica parecia, a um só tempo, corresponder (1) aos ideais de expansão da cultura científica, (2) aos ideais de civilidade e patriotismo, (3) aos padrões de cultura erudita que, apesar das transformações no meio intelectual brasileiro, ainda aspiravam os membros da elite candidatos ao ingresso na carreira acadêmica (MEUCCI, 2000, p. 56).

Desse modo, o ensino de Sociologia também esteve voltado à inserção social passiva e harmônica do indivíduo na sociedade, nos valores normativos da organização social republicana ou ao atendimento dos filhos das elites, objetivando o êxito na progressão dos estudos. No pensamento de Durkheim (1978) sobre a função da Sociologia na educação, nota-se que o autor a considerava fundamental para preparar (adaptar) o indivíduo para conviver em sociedade. A função da Sociologia, nesta perspectiva, seria analisar e buscar soluções para os "problemas sociais", restaurando a "normalidade social", tornando-se uma técnica de controle social e de manutenção do *status quo* (MARTINS, 1994, p. 26).

Sarandy (2011) assinala que dos debates das primeiras décadas do século XX emergiu uma espécie de culto à ciência, de missão da ciência, em particular das Ciências Sociais, que estimulou análises sociais que justificaram o papel relevante da Sociologia no quadro da produção intelectual brasileira e no sistema educacional.

A Sociologia, prossegue Sarandy (2011), passa a representar:

> [...] o 'símbolo máximo da racionalidade' crescente do mundo moderno e da ruptura da sociedade brasileira com o seu passado, e seu ensino, inclusive nas escolas do

[6] Entre os anos de 1931 e 1948 foram editados no Brasil mais de duas dezenas de livros didáticos de Sociologia. Nas décadas anteriores publicou-se não mais do que quatro obras dedicadas ao ensino da disciplina para o curso de Direito (MEUCCI, 2000)

> secundário, o instrumento para 'elevar o nível intelectual das grandes massas', segundo Florestan (1975), e como instrumento de mudança social num contexto de democratização, pois produziria respostas aos problemas sociais vigentes, tanto quanto novas técnicas de controle social (SARANDY, 2011, p. 11).

Em 1946 e 1964, a discussão sobre a reinclusão da Sociologia no Ensino Secundário aparece em diversos fóruns acadêmicos. Segundo Giglio (1999), nesse período a Sociologia como disciplina curricular está incorporada às ideias de mudança e reforma social. Aqui já se pode ver a influência do pensamento de Marx na Sociologia. A função da Sociologia, nessa perspectiva, não era a de solucionar os problemas sociais, nem garantir o bom funcionamento da sociedade. Ela deveria contribuir para a realização de mudanças radicais na sociedade. O pensamento de Marx despertou a perspectiva crítica da Sociologia, e promoveu a necessidade da junção entre teoria revolucionária e atividade prática (práxis) aos movimentos de transformação da ordem existente (MARTINS, 1994).

Com o golpe militar de 1964 e a política de desenvolvimento industrial, rechaçou-se o exercício do pensamento reflexivo e predominou um ensino centrado na formação técnico-profissionalizante. Não havia espaço para a Sociologia (BARBOSA; MENDONÇA; SILVA, 2007).

Durante o regime militar acentuou-se o esquecimento da Sociologia no ensino secundário e ela foi confundida, conforme Rêses (2004, p. 24) explica citando Penteado[7] (2002), "[...] como sinônimo de comunismo e o seu ensino servia de 'aliciamento político', portanto, perturbava o regime e a sua presença era um indicador de periculosidade para as elites".

Rêses (2004, p. 25) assinala que a grande influência do pensamento marxista na Sociologia, com seu caráter contestador, fez com que o seu ensino se tornasse "amedrontador" para as elites dirigentes do país.

Segundo Moraes (2003), entre 1971-1982:

> [...] a disciplina, embora optativa, apresenta dificuldade para ser incluída, por conta do preconceito reinante em que se confundia sociologia com socialismo (Barbosa e Mendonça, 2002), e mesmo pela quase 'substituição' do possível caráter crítico de sua abordagem das questões sociais e políticas nacionais pelo tom ufanista e conservador da disciplina obrigatória Organização Social e Política Brasileira (OSPB) [...](MORAES 2003, p. 07).

Maciel observa (1986) que, no contexto de redemocratização do país, surge um interesse em diversos setores da sociedade pelos temas sociológicos relacionados à cidadania

[7] PENTEADO, Heloísa. Quem tem medo da Sociologia? In: **Anais** do XI ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino), Goiânia, 2002.

e democracia. De acordo com Mota (2005), isso contribuiu em parte, para se estabelecer uma crença na relação entre Sociologia, crítica e cidadania.

Nesse contexto de maior reflexividade das Ciências Sociais e da própria sociedade por conta do processo de democratização, o ensino de Sociologia no 2º grau ganha espaço com os conteúdos sociológicos abordados em muitos livros didáticos e pensado como um instrumento que possibilitaria ao educando a superação do senso comum sobre a dinâmica das relações sociais, o que permitiria ao aluno se perceber nessas relações como um elemento capaz de uma prática transformadora em direção à democracia (SANTOS, 2002).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1996 propõe a inclusão da Sociologia no Ensino Médio e relaciona os seus conhecimentos ao exercício da cidadania, no art. 36, inciso III (BRASIL, 1996).

Afirmar ser a disciplina relevante para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a construção da cidadania pouco contribui para esclarecer a sua diferença das demais disciplinas e qual seu papel no sistema educacional, pois, como aponta Sarandy (2011), os dois objetivos citados, normalmente elencados quando se trata de justificar a disciplina, podem ser alcançados por todas as disciplinas e são objetivos inerentes à própria atividade educacional.

Santos (2002) assinala que na década de 1990, o projeto político nacional de inserção do Brasil na ordem competitiva mundial, acarreta em uma mudança de paradigma produtivo, o que exigiu a formação de empregados com capacidade de abstração, criatividade, responsabilidade e lealdade. É neste contexto educacional de preocupações que a Sociologia foi inserida na proposta curricular da reforma do Ensino Médio, pois conforme descrito nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (BRASIL, 1999, p. 72), ela irá contribuir com seu arcabouço teórico e metodológico, que possibilita ao educando investigar e interpretar as mudanças no mundo contemporâneo. Trata-se, conforme Santos (2002), de uma visão pragmática do conhecimento, na qual essa disciplina é concebida como uma tecnologia importante na preparação dos jovens para o trabalho.

Outra justificativa da presença da Sociologia na escola foi descrita nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006, p. 105-107): levar à modificação das concepções de mundo, reconstruindo e desconstruindo os modos de pensar, provocando a desnaturalização e o não estranhamento dos fenômenos sociais, além de levar à aquisição de uma linguagem específica das Ciências Sociais. Esta visão da contribuição da disciplina no

Ensino Médio vai além do clichê "formar o cidadão crítico" que se tornou *slogan* para justificar a sua inclusão, possibilitando uma ação mais concreta na formação do aluno.

Liedke Filho (2005) sintetiza a diversidade de respostas para a função social da Sociologia ao longo da sua evolução no Brasil da seguinte maneira:

> Instrumento de legitimação de dominação racial; instrumento de dominação de fração de classe; disciplina auxiliar do progressivismo pedagógico; instrumento de modernização societária; instrumento da libertação nacional; elemento de apoio aos esforços de democratização da sociedade brasileira (LIEDKE FILHO, 2005, p. 429).

Nesse sentido, talvez nenhuma disciplina tenha recebido tantas significações e sido o centro de tantos conflitos, conforme assinala Sarandy (2011). A sua presença ou ausência na educação básica esteve relacionada, conforme Santos (2002), ao contexto político do país, ao grau de mobilização dos movimentos sociais e, em especial, à visão dos seus propositores sobre relação entre ciência, educação e sociedade.

4 Considerações finais

A história da Sociologia no Ensino Médio permitiu refletir sobre a trajetória dessa disciplina desde sua introdução no Brasil, no final do século XIX. Como se pôde acompanhar por meio do breve recorte histórico da constituição da Sociologia no Brasil, ela surge de produções escritas de autores autodidatas e com a presença de professores estrangeiros, tendo como objetivo formar professores para constituir o novo quadro docente e de pesquisadores de carreira acadêmica do Brasil.

As representações construídas sobre seu papel na sociedade contribuíram para se criar no imaginário social uma idealização a respeito da Sociologia e do sociólogo. Senso assim, em determinado período, a Sociologia foi elevada ao *status* de a ciência que "salvaria a pátria"; em outro, tornou-se "perigosa" para esta. Ora a disciplina ocupou lugar de destaque dentre as ciências e no rol das disciplinas escolares, ora foi rebaixada à apenas mais um conhecimento a ser transmitido.

A intermitência da Sociologia no Ensino Médio, tantas vezes introduzida e tantas outras vezes retirada dos currículos escolares, permite pensar que a sua permanência na Educação Básica depende da continuidade da luta por sua consolidação curricular. A campanha pela permanência da Sociologia no nível médio pode contribuir para uma aproximação da academia com o campo escolar.

Além disso, vem aproximando os profissionais da área, que se encontram unidos como categoria profissional, em prol da conquista por legitimação, reconhecimento, respeito e espaço no mercado de trabalho. Trata-se de uma verdadeira luta de resistência.

Por fim, a legitimidade da Sociologia como disciplina do Ensino Médio dependerá do sentido que se construir para ela. Nesse processo ininterrupto de luta os sociólogos, docentes e estudantes precisam refletir sobre seu papel na educação e na construção de debates significativos para a permanência e fortalecimento da Sociologia na Educação Básica.

5 Referências

ADORNO, T. W. **Introdução à Sociologia.** São Paulo, SP: UNESP, 2008.

ANDRADE, M. **O empalhador de passarinhos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972.

BARBOSA, M.V.; MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P. Formação de professores e prática pedagógica: Sociologia e Filosofia no ensino médio na escola atual. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 29 de Maio a 01 de Junho de 2007, **Anais**...Recife: UFPE, 2007.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à Sociologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

BRASIL. **Lei 11.684,** de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br. >. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. vol.3. Brasília, DF: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 15,** de 01 de junho de 1998. Brasília, DF: CNE/CEB, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 3**, de 26 de Junho de 1998. Brasília, DF: CNE/CEB, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação,** de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Conselho Federal de Educação. **Resolução n. 6**, de 26 de novembro de 1986. Reformula o núcleo comum para o ensino de 1° e 2° graus. Brasília, DF: CFE, 1986.

_____. **Decreto-Lei nº. 89.531,** de 05 de abril de 1984**.** Regulamenta a Lei n.º 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras

providências. Disponível em: < http://www.sociologos.org.br/links/indices/decretos.asp.>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, referente à profissionalização do ensino de 2º grau. In: SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus (Federal)** - vol. 9. São Paulo, SP, 1982.

_____. **Lei nº. 6.888,** de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras providências. Disponível em:
< http://www.sociologos.org.br/ links/ indices/lei6888.asp.>. Acesso em: 10 ago. 2013.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Revista Tempo Social**, São Paulo: USP, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006.

CASTRO, A.M.; DIAS, E. **Introdução ao pensamento sociológico**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1978.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia.** São Paulo, SP: Melhoramentos, 1978.

FERNANDES, F. **A Natureza Sociológica da Sociologia**. Vol. 65. São Paulo, SP: Ática, 1980.

FERRARI, A. T. **Fundamentos de Sociologia**. São Paulo, SP: McGraw Hill, 1983.

GIGLIO, A. **A sociologia na Escola Secundária:** uma questão das Ciências no Brasil – anos 40 e 50. 1999. 88f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

LIEDKE FILHO, E. D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 376-437, jul./dez. 2005.

MACHADO, C. S. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. **Revista Faculdade de Educação**, São Paulo, vol. 13, n. 1, p. 115-142, jan./jun. 1987.

MACIEL, M. **Tendências das Ciências Sociais no Brasil**: do autoritarismo à redemocratização. Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, UnB/SOL, 1986.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia?** 38ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

_____. Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 100-127, jan./abr. 2012.

MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil:** primeiros manuais e cursos. 2000. 158f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2000.

_____. O significado do ensino da sociologia no Brasil (1930-1950). XII CONGRESSO NACIONAL DE SOCIÓLOGOS, 1 a 4 de abril, 2002, **Anais**...Curitiba, 2002.

MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. **Revista Tempo Social,** São Paulo: Universidade de São Paulo /USP, vol. 15, n. 1, p. 5-20, abr. de 2003.

MOTA, K. C. C. S. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. **Revista Brasileira de Educação,** n. 29, p. 88-105, mai. /jun. /jul. /ago. 2005.

QUEIROZ, M. I. P. **O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros:** ensaio metodológico. Sociologia da Cultura Brasileira. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 1989.

RÊSES, E. S. ...**E com a palavra: os alunos.** Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio. 2004. 147f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2004.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**: (1930-1973). 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

SANTOS, M. B. **A sociologia no contexto das reformas educacionais:** um século de idas e vindas da sociologia no ensino médio. 2002. Disponível em: < www.grupos.com.br. >. Acesso em: 04 jul. 2015.

SÃO PAULO. Resolução SE-262, de 17 de outubro de 1983. Cria classes de 1º a 4º séries de primeiro grau, incorpora classes de Educação Especial e extingue a EEPG (isolada). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, out.1983.

SARANDY, F. M. S. **O ensino de sociologia na escola média brasileira**: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina. In: 4º SEMINÁRIO DE PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Universidade Federal Fluminense/ UFF, Rio de Janeiro, março de 2011.

SILVA, I. L. F. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: história e perspectivas. In: MORAES, A. C. (Coord.). **Sociologia:** ensino médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino 15).

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

_____. Introdução ao ensino de Sociologia. In: TOMAZI, N. D. (Coord.) **Iniciação à Sociologia.** 2. ed. São Paulo, SP: Atual, 2000.